

As duas faces de Janus da psicologia em Portugal (*)

ARMANDO MACHADO (**)
ORLANDO LOURENÇO (***)
ANA PINHEIRO (**)
CÁTEA SILVA (**)

Diz-se com frequência nos meios científicos que uma investigação só está completa quando os seus resultados são devidamente comunicados aos outros cientistas. Este lugar-comum decorre da natureza eminentemente social da actividade científica e, mais especificamente, do facto de o progresso científico depender de dois processos em que a comunicação joga um papel fundamental. Referimo-nos aos processos de variação e selecção de ideias e práticas, ou seja, à criação de teorias, conceitos, metodologias e técnicas novas, por um lado, e à sua crítica subsequente por uma comunidade de juízes informados, por outro. A comunicação científica assegura, entre

outras coisas, a difusão de novas perspectivas e a sua exposição pública, o que é obviamente condição necessária para o seu teste posterior. É por isso que nas sociedades fortemente desenvolvidas do ponto de vista científico, sejam elas presentes ou passadas, vemos sempre uma rede de instituições destinadas a assegurar a comunicação científica.

A comunicação científica é efectuada de muitos modos – por exemplo, através do ensino entre professor e aluno, de livros e jornais, de conferências em congressos, de programas de televisão e rádio e, mais recentemente, através da *Web*. No entanto, no seio da comunidade científica nenhum destes modos tem tanta importância quanto a comunicação em revistas de especialidade. Nestas revistas, os cientistas falam directamente para os colegas de profissão – sem constrangimentos ou inibições, poderíamos dizer – sobre os problemas actuais que os desafiam e as hipóteses que têm em mente para a sua solução, sobre as teorias, técnicas e metodologias mais recônditas ou polémicas da sua área de pesquisa. Não raramente, é na revista de especialidade que os autores mais eminentes de um domínio científico publicam as suas novas teorias ou os resultados das suas novas experiências e descobertas.

(*) Os autores agradecem a colaboração das seguintes estudantes da Universidade do Minho: Ana Sofia Novo, Liliana Maria Fernandes e Cândida Silva. Correspondência sobre este artigo deve ser enviada para: armandom@iep.uminho.pt

(**) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

(***) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

TABELA 1
Estatísticas das revistas baseadas nos números publicados entre 1996 e 2003

Revista (Instituição)	Números	Artigos	Art./Núm.	Páginas	Pág./Artigo
<i>Psicologia: teoria...</i> (Universidade do Minho)	15	179	12	2780	15.5
<i>Psychologica</i> (Universidade de Coimbra)	18	226	13	3781	16.7
<i>Análise Psicológica</i> (ISPA)	23*	268	12	2935	11.0

* Não foram incluídos no estudo os números 1 de 1997 e 2 de 1999.

Por estas e outras razões, a análise dos artigos publicados nas revistas científicas pode ajudar-nos a compreender o estado de desenvolvimento de uma disciplina num dado momento e num dado país. Foi o que nos propusemos fazer neste estudo: Analisar três revistas portuguesas de psicologia, a fim de conhecer o que fazem os investigadores portugueses nesta área. Através da análise de «quem publica o quê», das características dos autores dos artigos, das áreas de concentração temática, dos métodos e técnicas de pesquisa privilegiados, esperamos perceber melhor as características da investigação psicológica portuguesa.

Neste estudo, apresentamos os resultados desta análise. Cada resultado é seguido de um pequeno comentário que se propõe interpretá-lo em função do contexto em que trabalham os investigadores portugueses, assim como da nossa própria experiência de investigação psicológica em Portugal.

TRÊS REVISTAS

Escolhemos para análise três revistas com idades diferentes e publicadas em regiões distintas do país. A revista *Psicologia: teoria, investigação e prática*, associada ao departamento de psicologia da Universidade do Minho, é publicada desde 1996, provém da região Norte do país e é a mais jovem das três; a revista *Psychologica*,

associada ao departamento de psicologia da Universidade de Coimbra, é publicada desde 1988 e provém da região Centro do país; por último, a revista *Análise Psicológica*, associada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa, é publicada desde 1977, provém da região Sul do país e é a mais velha das três publicações. As duas primeiras revistas pertencem a instituições públicas; a terceira, a uma instituição privada.

Com duas exceções, todos os artigos publicados entre Janeiro de 1996 e Setembro de 2003 foram incluídos na análise. A Tabela 1 mostra que neste intervalo de sete anos foram publicados entre 15 a 23 números por revista, contendo cada um desses números 12 ou 13 artigos, em média. O número médio de páginas por artigo variou entre 11 e 17.

QUEM PUBLICA?

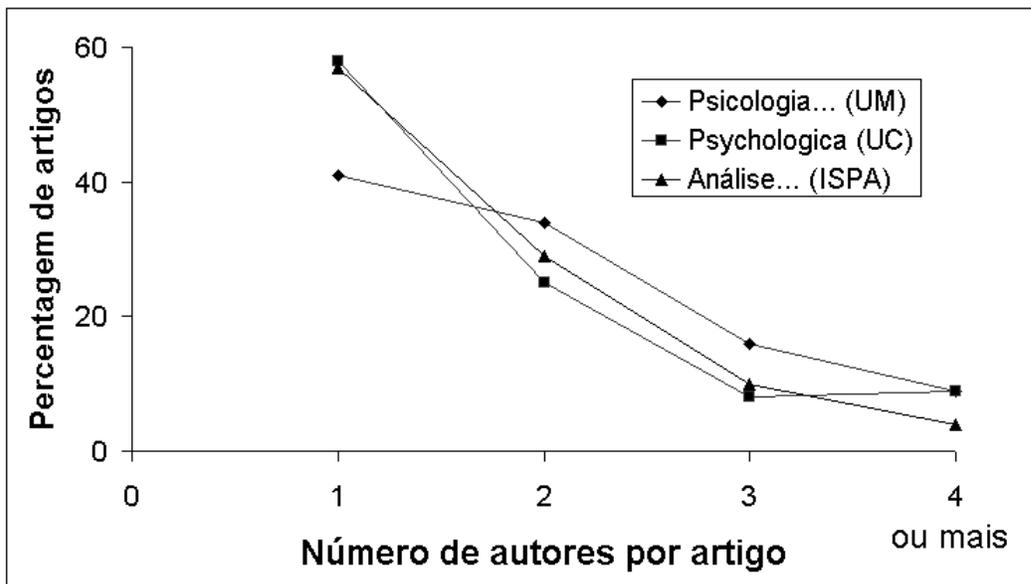
A Tabela 2 mostra quantos autores estão associados aos artigos publicados e como se dividem estes autores em termos de género e nacionalidade. Quanto ao género, os resultados mostram que homens e mulheres contribuem de modo aproximadamente igual – de facto, a percentagem global de autores femininos é igual a 51 por cento. Quanto à nacionalidade, predominam os autores portugueses, com uma percentagem global de aproximadamente 83 por cento.

A Figura 1 mostra a distribuição percentual do

TABELA 2
Estatísticas relativas aos autores dos artigos

Revista (Instituição)	Número total	Homens	Mulheres	Portugueses	Estrangeiros
<i>Psicologia: teoria...</i> (Universidade do Minho)	385	50%	50%	89%	11%
<i>Psychologica</i> (Universidade de Coimbra)	420	55%	45%	75%	25%
<i>Análise Psicológica</i> (ISPA)	450	41%	59%	87%	13%

FIGURA 1
Distribuição do número de autores por artigo nas três revistas



número de autores por artigo. As diferenças entre as três revistas são pequenas: Cerca de 50 por cento dos artigos têm um único autor, 30 por cento têm dois autores, e os restantes 20 por cento têm três ou mais autores. Nas três revistas, a média de autores por artigo é igual a dois.

Os autores *portugueses* foram ainda divididos em três grupos, de acordo com a sua filiação institucional: O primeiro grupo inclui os autores filiados na própria instituição universitária que pu-

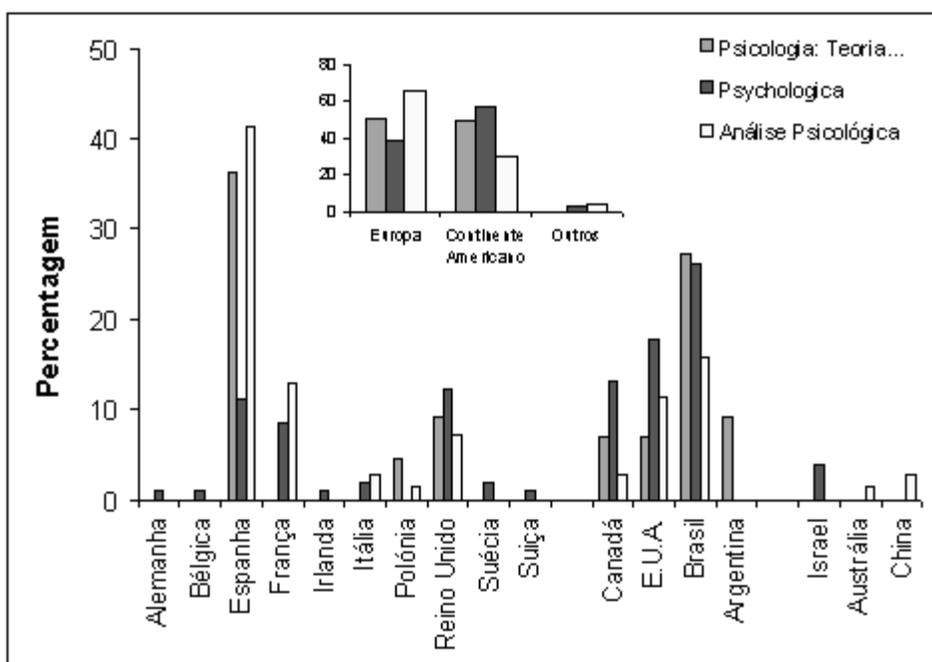
blica a revista; o segundo grupo inclui os autores filiados numa outra instituição universitária; e o terceiro grupo, os autores filiados numa instituição não universitária (por exemplo, uma escola secundária ou um hospital).

A Tabela 3 mostra que a maioria dos autores portugueses são docentes universitários (80%, 66% e 59%) e, entre estes, uma percentagem significativa pertence à própria instituição que publica a revista. Das três revistas, a *Análise Psicológica*

TABELA 3
Filiação institucional dos autores dos artigos

Revista (Instituição)	Instituição Portuguesa		Instituição estrangeira	
	Universitária Própria	Outra	Não Universitária	
<i>Psicologia: teoria...</i> (Universidade do Minho)	50%	30%	8%	12%
<i>Psychologica</i> (Universidade de Coimbra)	41%	25%	9%	25%
<i>Análise Psicológica</i> (ISPA)	29%	30%	28%	13%

FIGURA 2
Proveniência dos autores estrangeiros



é a que publica mais artigos escritos por autores ligados a instituições não universitárias; a *Psychologica* é a que publica mais artigos escritos por autores estrangeiros.

É interessante saber que, como mostra a Figura 2, os autores estrangeiros provêm tanto da Europa quanto do continente americano. Em am-

bos os casos, predominam os autores de língua castelhana (Espanha) ou portuguesa (Brasil), seguidos dos autores de língua inglesa (Reino Unido e EUA).

Comentário. As três revistas são muito semelhantes em termos do número médio de artigos

publicados por ano, da extensão de cada artigo, do género e nacionalidade dos autores e da distribuição do seu número por artigo. No entanto, as revistas diferem na filiação institucional dos autores, sendo de registar nas revistas ligadas ao Departamento de Psicologia da Universidade do Minho e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra o número relativamente elevado de autores da própria instituição.

Se associarmos a este último facto alguns outros, a saber: a) que é também na própria instituição, nomeadamente entre os seus actuais e antigos estudantes, que se encontra a maioria dos leitores das revistas; b) nenhuma das três revistas possui revisão de pares (*peer review*) credível; c) os artigos nelas publicados constituem um critério importante em momentos de avaliação ou promoção dos *próprios* docentes universitários; d) frequentemente esses mesmos artigos são tão valorizados nos concursos para promoção na carreira quanto os artigos publicados em revistas internacionalmente prestigiadas e com elevado índice de impacto (como a *Psychological Review*, por exemplo), então chegamos a uma conclusão deveras preocupante: as revistas portuguesas de psicologia movem-se num circuito extraordinariamente fechado. São, por assim dizer, revistas maioritariamente feitas em família, pela família e para a própria família. Se mais não houvesse, isto chegaria para sugerir que a difusão da investigação psicológica em Portugal ocorre em contexto de endogamia, contexto esse em que os laços de consaguinidade substituem o valor e o mérito científicos como únicos critérios aceitáveis de publicação.

O QUE SE PUBLICA?

A fim de descrever o conteúdo dos artigos, começámos por classificá-los por áreas temáticas da psicologia e, de seguida, pela metodologia utilizada. Apresentamos os resultados nesta ordem.

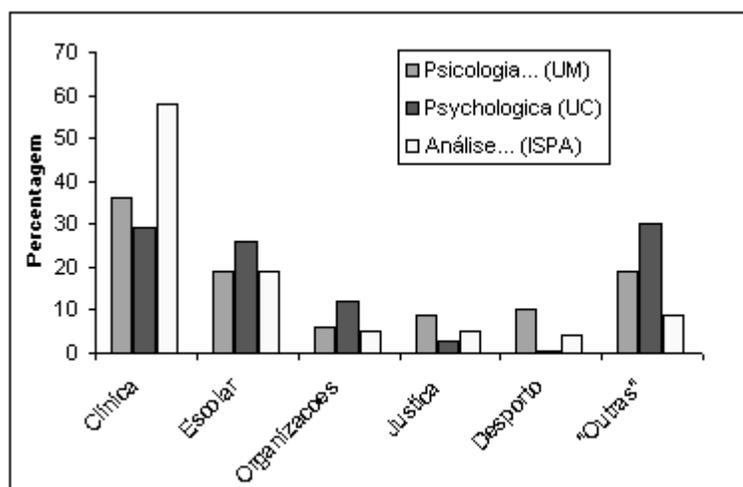
Conteúdos por área temática. Os artigos foram divididos em 6 áreas temáticas, áreas que correspondem genericamente às áreas em que se organizam as faculdades, departamentos ou institutos de psicologia em Portugal.

1. Área clínica/saúde, onde se incluíram os artigos que abordavam as perturbações psicológicas e o seu tratamento, ou a promoção da saúde.
2. Área escolar/educacional, onde se incluíram os artigos que estudavam os problemas (cognitivos, emocionais ou comportamentais) que ocorrem durante a aprendizagem escolar.
3. Área das organizações/empresas, onde se incluíram os artigos que abordavam as condições laborais e o modo como estas afectam o comportamento e a saúde mental dos trabalhadores.
4. Área da justiça, onde se incluíram os artigos que estudavam a violência, a vitimologia, a delinquência juvenil ou a reinserção social.
5. Área do desporto, onde se incluíram os artigos que abordavam os factores psicológicos que afectam o desempenho dos desportistas.
6. «Outras áreas», onde se incluíram os restantes artigos como, por exemplo, os artigos sobre investigação básica.

A Figura 3 mostra a percentagem de artigos em cada uma das áreas temáticas. Apesar de notarmos algumas diferenças entre as três revistas, o conjunto dos dados indica que os artigos se situam maioritariamente nas áreas aplicadas e, dentro destas, nas áreas clínica e educacional. Com efeito, estas duas últimas áreas em conjunto incluem 48 a 78 por cento de todos os artigos publicados. Os artigos nas áreas da justiça e do desporto são relativamente pouco numerosos, provavelmente porque estas áreas são mais recentes que as outras. Por fim, é também de registar a fraca expressão de artigos de investigação básica, artigos que, apesar de agrupados numa única categoria, nunca ultrapassam os 30 por cento.

Os números temáticos de uma revista dão-nos um outro indicador das suas áreas privilegiadas. Assim, de 1996 até ao presente, a revista *Psicologia: teoria...* publicou seis números temáticos: três na área da Clínica/Saúde, um na área do Desporto, um na área da Justiça e ainda um outro na área da Educação. No mesmo intervalo de tempo, a revista *Psychologica* publicou 10 números temáticos: dois na área da Clínica/Saúde, dois na área das Organizações, um na área da

FIGURA 3
Divisão percentual dos artigos por áreas temáticas



Educação, dois de conteúdo eclético¹ e três na categoria que designámos por «Outras»². Por fim, a revista *Análise Psicológica* publicou oito números temáticos: seis na área Clínica/Saúde, um na área do Desporto e um outro na área da Educação.

Estes resultados mostram duas coisas. Primeiro, os volumes temáticos representam uma fracção significativa do número total de volumes publicado por cada revista (de 35 a 55 por cento, aproximadamente). Segundo, os conteúdos dos números temáticos estão de acordo com os resultados da Figura 3, no sentido em que ambos revelam quer o predomínio das áreas aplicadas, sobretudo da Clínica/Saúde, quer a escassez de estudos nas áreas de investigação básica.

Comentário. Os dados anteriores colocam-nos perante uma assimetria relativamente estranha. Assimetria, porque o que se publica nas três re-

vistas centra-se excessivamente no domínio da psicologia aplicada, em especial da clínica e da educação, em detrimento das questões de investigação fundamental, de que as neurociências e a investigação sobre as questões em torno da emergência e desenvolvimento da consciência são apenas um exemplo. Estranha, porque esta assimetria entre aplicação e investigação, com vantagem acentuada da primeira sobre a segunda, subverte não só a própria constituição da psicologia como ciência associada à criação de laboratórios experimentais, como o percurso desejável de uma ciência, percurso em que a produção de conhecimento guia a aplicação, aceitando-se, contudo, a ideia de que a aplicação do conhecimento entretanto disponível pode gerar problemas que levam à produção de novos conhecimentos.

O predomínio acentuado das áreas de aplicação sobre as áreas de investigação decorre naturalmente de vários mal-entendidos que, de um modo ou de outro, têm caracterizado a investigação psicológica em Portugal. O primeiro é que a psicologia enquanto profissão dispensa a psicologia enquanto ciência. Assim, as faculdades, institutos e departamentos de psicologia existem sobretudo para formar profissionais, sendo um luxo dispensável a ideia de formar cientistas e investigadores. O segundo é que é possível formar profissionais competentes nas áreas da clínica,

¹ *Jornadas de Estudo da Sociedade Portuguesa de Psicologia e Homenagem ao Professor Doutor Miranda Santos.*

² *Psicofísica/Percepção, Raciocínio/Linguagem e Personalidade.*

TABELA 4

Percentagem de artigos que utilizaram métodos quantitativos ou qualitativos, assim como de artigos que consistiam em revisões de literatura ou análises conceptuais

Revista (Instituição)	Métodos quantitativos	Métodos qualitativos	Revisão de literatura/ análise conceptual
<i>Psicologia: teoria...</i> (Universidade do Minho)	46%	10%	44%
<i>Psychologica</i> (Universidade de Coimbra)	37%	6%	57%
<i>Análise Psicológica</i> (ISPA)	42%	10%	48%

educação, justiça e desporto, por exemplo, sem para isso ser necessário que eles adquiram uma sólida formação científica durante os seus cursos. O terceiro é que esta profissionalização precoce não é apenas um objectivo já conseguido, mas ainda um bem a generalizar a novas faculdades, institutos ou departamentos. O quarto é que a divisão da psicologia num número cada vez maior de áreas de aplicação corresponde a linhas de fractura naturais, quer dizer, a progressos científicos assinaláveis nas áreas entretanto criadas. Há pouco tempo, um instituto de psicologia não hesitou em criar uma cadeira de psicologia cardíaca! Se alguém desse instituto tinha feito um doutoramento sobre esse tema, então por que razão não lhe conferir honras universitárias convertendo tal tema numa cadeira optativa da licenciatura de psicologia aí leccionada? Enfim, a orientação demasiado profissionalizante para que tendem os cursos de psicologia entre nós, e que está bem documentada no tipo de artigos publicados nas revistas em análise, tornam-na um candidato sério à integração no ensino politécnico e à exclusão do ensino universitário.

Conteúdos por metodologia de investigação. Como referimos anteriormente, os artigos foram também classificados em termos da metodologia utilizada pelos seus autores. Numa primeira análise, dividimos os artigos em três grandes classes: os que utilizaram métodos quantitativos, caracterizados pela recolha de dados nu-

méricos; os que utilizaram métodos qualitativos, caracterizados pela recolha de dados não numéricos; e os artigos que consistiam em revisões de literatura ou análises conceptuais de um tema. Apesar desta última classe não corresponder a uma metodologia no sentido restrito do termo, ela ajuda-nos a perceber o *tipo* de artigos publicados em Portugal.

Os resultados, contidos na Tabela 4, mostram, mais uma vez, a grande semelhança entre as três revistas. Cerca de metade dos artigos são revisões de literatura ou análises conceptuais. A esta classe dominante seguem-se os métodos quantitativos, que incluem cerca de 42% de todos os artigos, e os métodos qualitativos, com cerca de 9%.

Os artigos que utilizaram métodos quantitativos foram posteriormente subdivididos em experimentais – caso existisse manipulação de variáveis com o objectivo de identificar relações de causalidade – e não experimentais, sendo estes últimos constituídos pelos estudos correlacionais ou ex-pós facto, longitudinais, transversais ou sequenciais, e pelos estudos que utilizaram inquéritos, questionários ou entrevistas com o fim de obterem dados numéricos.

Os resultados desta análise constam da Tabela 5. Estes resultados evidenciam uma escassez dos estudos que utilizam a metodologia experimental e uma relativa abundância de estudos correlacionais e de estudos com inquéritos, questionários ou entrevistas.

A percentagem de estudos que utilizaram

TABELA 5
Percentagem de artigos que utilizaram metodologias experimentais e não experimentais

Revista (Instituição)	Experimental	Não experimental		
		Correlacional ou ex-pós facto	Inquérito, questionário ou entrevista	Longitudinal, transversal ou sequencial
<i>Psicologia: teoria...</i> (Universidade do Minho)	4%	12%	28%	2%
<i>Psychologica</i> (Universidade de Coimbra)	5%	4%	25%	3%
<i>Análise Psicológica</i> (ISPA)	4%	6%	29%	3%

métodos qualitativos foi de tal modo reduzida que não se justificava a sua subdivisão em classes mais finas. De qualquer modo, é de registar que os artigos correspondentes incluíram estudos de caso, estudos etnográficos ou fenomenológicos e estudos com cariz histórico, assim como *descrições* de programas de intervenção, de instrumentos de avaliação ou de projectos.

A partir da informação exposta, podemos definir um número típico de cada revista. Para o efeito, representámos cada uma das revistas por um quadrado com a mesma área. De seguida, cada quadrado foi dividido em quatro rectângulos (veja-se a Figura 4), uma para cada tipo de artigo. A área de cada rectângulo é proporcional ao número de artigos em questão publicados pela revista.

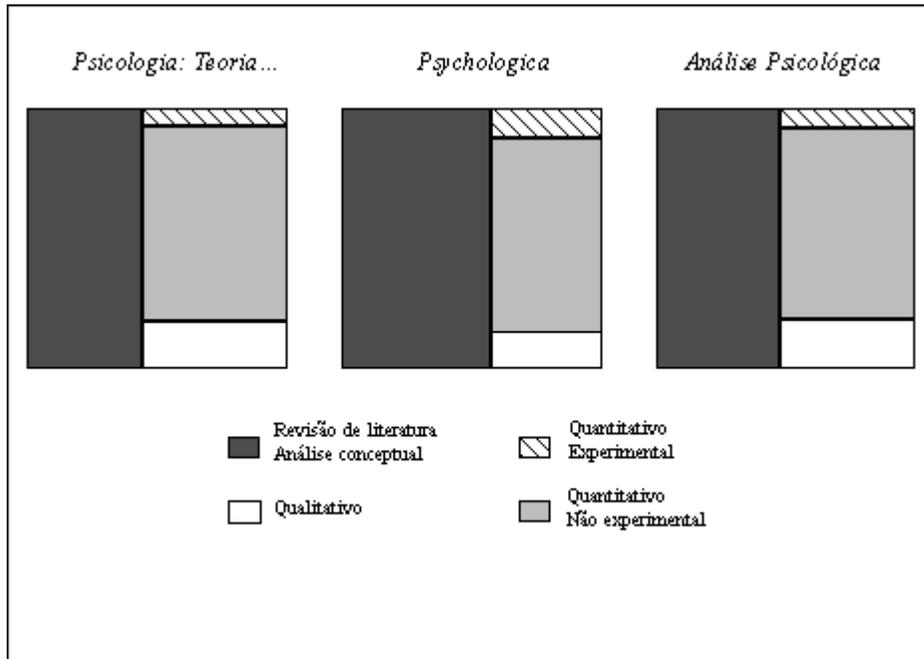
A Figura 4 mostra os resultados obtidos. Mais uma vez se nota a fortíssima semelhança entre as três revistas. Em todas elas, mas de um modo mais acentuado na *Psychologica*, predominam as revisões da literatura ou análises conceptuais; seguem-se os estudos quantitativos com escalas, testes e inventários; e escasseiam os estudos experimentais.

Comentário. Para evitar mal-entendidos, importa dizer que não se duvida do valor científico dos artigos de revisão ou de análise conceptual. Para isso chegaria lembrar que nada é melhor do

que uma excelente revisão de literatura para conhecermos o estado da arte sobre um determinado tema de investigação ou sobre os principais argumentos em jogo em determinada polémica científica. E o valor incontornável de uma análise conceptual digna de tal nome fica justificado quando temos presente que uma experiência concebida em atmosfera de confusão conceptual jamais merece ser adjectivada de científica. Entendamo-nos, contudo. Se quisermos ser honestos, temos de reconhecer que, salvo raras excepções, as revisões de literatura e as análises conceptuais que abundam nas revistas em análise estão longe de ser excelentes ou pertinentes. Em geral, revisões e análises de elevada qualidade só são possíveis depois do seu autor ter percorrido um longo (e muitas vezes sinuoso) percurso de investigação empírica e de reflexão epistemológica. Por outras palavras, salvo raras excepções, as revisões que abundam nas nossas revistas são, por assim dizer, de estilo aditivo e algo a lembrar o *copy & paste*; são, quando são, uma revisão pela revisão, não uma revisão ao serviço de uma ideia ou de um problema. E as análises que era suposto serem conceptuais são, em geral, uma reposição (eclectica) de argumentos e pontos de vista de autores diversos, como se da sua colocação em série no artigo em questão emergisse, por geração espontânea, clareza e distinção. Certamente que muitas delas não seriam publicadas se

FIGURA 4

Formato de um número típico de cada revista. A área de cada um dos quatro rectângulos é proporcional ao número de artigos da categoria correspondente publicados pela revista



fossem sujeitas a um sistema credível de revisão por pares.

Sendo assim, a escassez de estudos experimentais publicados em tais revistas não surpreende, embora seja arrepiante. Apesar de não se esgotar em relações funcionais, uma ciência que se reclama de experimental, como é o caso da psicologia, tem de ter sempre em mira a descoberta de relações de causalidade/condicionalidade entre fenómenos. A não ser, claro, que os investigadores portugueses no domínio da psicologia se queiram isentar da responsabilidade (ou do privilégio, consoante o ponto de vista) de participar na produção de conhecimento científico no domínio das suas especialidades.

A escassez de estudos experimentais e o recurso exagerado a estudos correlacionais, de aplicação de escalas, questionários ou coisas parecidas, mostra que nas revistas em análise há muita *técnica e método*, mas pouco *problema*. Ou seja, os seus autores preferem *fazer coisas* (como seja, aplicar escalas e tratar os resultados

estatisticamente) a colocar e a tentar responder a *questões irritantes*, questões sem as quais não há avanço científico. O caminho fica então aberto para que a técnica e o método triunfem sobre o problema; para que a procura da novidade seja secundarizada, se não mesmo esquecida; para que surjam ilusões de explicação quando nenhuma é fornecida; enfim, para que a psicologia seja cada vez mais aplicação e literatura, e menos ciência e investigação. Estamos, no fundo, a contribuir para que, tal como aconteceu nos seus primórdios, a psicologia como instituição caminhe à frente da psicologia como ciência.

TABELAS, GRÁFICOS E ESQUEMAS

Além de texto, os artigos científicos contêm ainda tabelas, gráficos e esquemas. Por isso, calculámos também a densidade destes elementos por artigo e por página. A Tabela 6 mostra os resultados deste cálculo. Nas revistas que analisá-

TABELA 6

Densidade média de tabelas, gráficos e esquemas. As densidades foram obtidas dividindo o número total de tabelas, gráficos e esquemas pelo número total de artigos ou páginas

Revista (Instituição)	Densidade de tabelas		Densidade de gráficos		Densidade de esquemas	
	Por artigo	Por página	Por artigo	Por página	Por artigo	Por página
<i>Psicologia: teoria...</i> (Universidade do Minho)	2.8	0.18	0.63	0.040	0.50	0.032
<i>Psychologica</i> (Universidade de Coimbra)	2.2	0.13	0.73	0.044	0.73	0.044
<i>Análise Psicológica</i> (ISPA)	2.6	0.24	0.57	0.052	0.29	0.026

TABELA 7

Conteúdo das tabelas em percentagem

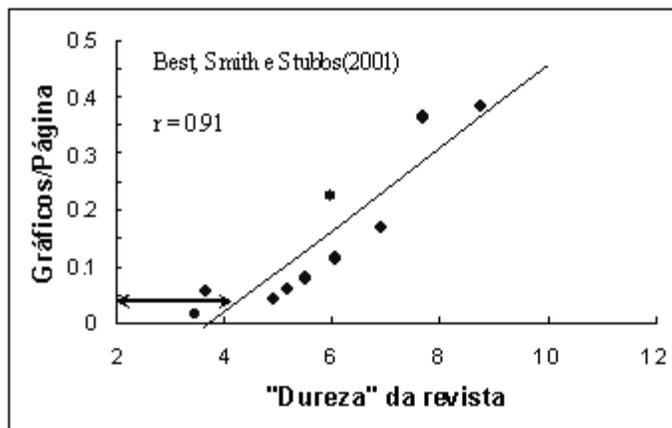
Revista (Instituição)	Resultados	Procedimentos	Amostra
<i>Psicologia: Teoria...</i> (Universidade do Minho)	80%	15%	5%
<i>Psychologica</i> (Universidade de Coimbra)	79%	16%	5%
<i>Análise Psicológica</i> (ISPA)	77%	12%	11%

mos, as tabelas são significativamente mais numerosas que os gráficos. Assim, na revista *Psicologia: teoria...*, precisamos de virar em média seis páginas para vermos uma tabela (densidade 0.18); contudo, para vermos um gráfico precisamos de virar 25 páginas (densidade 0.04). Na *Psychologica*, surge em média uma tabela em cada oito páginas, mas apenas um gráfico em cada 23. Na *Análise Psicológica*, para encontrarmos uma tabela precisamos de virar quatro páginas em média, mas para vermos um gráfico precisamos de virar 19. Os esquemas são geralmente mais raros que as tabelas e os gráficos, surgindo em média um esquema em cada 31, 38 ou 23 páginas, respectivamente.

Dado o elevado número de tabelas por artigo, decidimos classificar também o seu conteúdo. Dividimos então as tabelas em três classes, a primeira contendo as tabelas que apresentavam resultados numéricos do estudo, a segunda contendo as tabelas que se referiam a aspectos do procedimento e a terceira contendo as tabelas que caracterizavam as amostras de participantes. Os resultados desta classificação mostram que 77 a 80 por cento das tabelas versam sobre os resultados numéricos do estudo, 12 a 16 referem aspectos do procedimento e, por fim, cinco a onze por cento descrevem a amostra dos sujeitos que participaram no estudo. É de salientar ainda que, nas tabelas de resultados, cerca de metade apre-

FIGURA 5

Os pontos e a recta de regressão correspondem aos dados obtidos por Best, Smith e Stubbs (2001). A seta representa a média da densidade de gráficos por página nas três revistas analisadas no presente estudo.



sentam estatísticas descritivas (médias, desvios-padrão, etc.) e a outra metade estatísticas inferenciais produzidas por programas de análise de dados (por exemplo, tabelas da ANOVA produzidas pelo programa SPSS).

Comentário. Os resultados sobre as principais áreas temáticas (Figura 3) e os principais tipos de metodologia (Figura 4) são consistentes com o reduzido número de gráficos por artigo, por um lado, e com o número relativamente elevado de tabelas por artigo, por outro. Com efeito, antecipamos poucos gráficos em revistas que publicam pouquíssimos estudos experimentais e muitíssimas revisões de literatura ou análises conceptuais, mas antecipamos um número razoável de tabelas em revistas que publicam muitos estudos com escalas, listas, inventários e testes.

Neste contexto, é interessante comparar os dados precedentes sobre a ilustração gráfica com os valores correspondentes de algumas revistas norte-americanas. Consideremos, por exemplo, o estudo de Best, Smith e Stubbs (2001). Os autores pediram a um conjunto de participantes para avaliarem a «dureza ou solidez» (em inglês, *hardness*) de 10 revistas de psicologia de conteúdo bastante diverso³. Em seguida, determinaram o número médio de gráficos por página para cada

uma destas revistas e, por fim, correlacionaram as duas medidas. A Figura 5 mostra os resultados que estes autores obtiveram. Em geral, as revistas consideradas mais «duras ou sólidas» apresentaram maior densidade de gráficos (0.2 a 0.4 gráficos por página). As duas revistas consideradas menos «duras» (de conteúdo clínico e educacional) mostraram densidades gráficas por página semelhantes aos valores obtidos pelas revistas portuguesas em análise. Este é mais uma expressão do predomínio das áreas aplicadas em geral, e das áreas da clínica e da educação em particular, na literatura portuguesa especializada em psicologia.

³ As revistas analisadas por estes autores foram (entre parêntesis está o correspondente valor de dureza ou solidez): *Behavioral Neuroscience* (8.77), *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes* (7.69), *Journal of Experimental Psychology: General* (6.91), *Developmental Psychology* (6.06), *Journal of Comparative Psychology* (5.97), *Journal of Abnormal Psychology* (5.53), *Journal of Personality and Social Psychology* (5.18), *Journal of Consulting and Clinical Psychology* (4.93), *Journal of Educational Psychology* (3.67), *Journal of Counseling Psychology* (3.46).

CONCLUSÕES

É bem sabido que, em Portugal, o número de psicólogos tem aumentado significativamente nas últimas décadas – algumas estimativas apontam para cerca de 10.000 psicólogos neste momento, o que, a ser verdade, corresponde ao rácio impressionante de um psicólogo por 1000 habitantes. Também se tem verificado um aumento do número de sociedades e organizações profissionais, de faculdades e departamentos, de cursos de licenciatura e mestrado. Neste contexto de forte expansão da psicologia e de áreas afins, não surpreende que o número de revistas de psicologia tenha também crescido. De norte a sul do país, da Universidade do Minho à Universidade de Évora, passando pelas Universidades do Porto, Beira Interior, Coimbra e Lisboa – em todo o lado se vêm revistas de psicologia, por vezes até mais do que uma por instituição. Se nos concentrarmos exclusivamente nas universidades públicas, vemos que cada uma delas tem (ou está intimamente associada a) uma revista. E não podemos esquecer obviamente que algumas instituições de ensino privadas, como o ISPA, por exemplo, e associações profissionais também publicam as suas revistas de psicologia. Por último, é de notar ainda que revistas de outras áreas – como a medicina, por exemplo –, também publicam artigos de psicologia. Enfim, se olharmos para o número de revistas e artigos, seremos tentados a concluir que a investigação psicológica em Portugal está de boa saúde.

No entanto, o elevado número de revistas não parece corresponder a uma diferenciação significativa entre elas. Assim, não há revistas especializadas em diferentes domínios da psicologia (por exemplo, percepção, aprendizagem ou desenvolvimento); não há também revistas especializadas em diferentes metodologias de investigação; e apesar de algumas revistas favorecerem um determinado tipo de abordagem conceptual (por exemplo, a *Análise Psicológica* publica mais artigos de inspiração psicanalítica do que a *Psicologia: teoria...* ou a *Psicológica*), todas elas são ecléticas em termos de abordagem teórica. Numa palavra, pouco ou nada parece distinguir entre si as revistas portuguesas de psicologia.

Se associarmos a esta homogeneidade de conteúdos os resultados específicos que descrevemos acima, nomeadamente, a) a grande quanti-

dade de artigos de revisão de literatura ou análise conceptual; b) a grande quantidade de artigos sobre aplicação de escalas, listas, inventários e testes; c) a escassez de estudos experimentais; d) o predomínio das áreas aplicadas em detrimento das áreas de investigação; e e) a ausência de um sistema credível de revisão por pares, então a nossa primeira conclusão altera-se radicalmente. Ou seja, um olhar mais atento revela-nos uma segunda face da psicologia em Portugal. Se a primeira nos parecia de boa saúde, já a segunda nos parece frágil e doente.

Como as revistas portuguesas de psicologia competem num mercado relativamente pequeno de autores (e leitores), acabam por publicar quase tudo o que lhes é submetido – a grande proporção de números temáticos corrobora esta conclusão, já que, de um modo geral, os autores desses números são convidados a enviar os seus artigos, o que torna ainda menos provável a sua rejeição. Não havendo um sistema credível de revisão por pares, a taxa de rejeição de artigos tende para zero em certos casos, o que significa que não há controlo externo de qualidade. Por isso, é nossa convicção que, *a longo prazo*, as revistas portuguesas de psicologia têm efeitos nefastos sobre a investigação que se faz em Portugal. Entre outras consequências, criam a ilusão nos seus leitores de que a psicologia em Portugal está de boa saúde e que os seus representantes são pródigos em ideias novas, experiências bem planificadas e descobertas interessantes. E criam também a ilusão nos autores dos artigos nelas publicados de que, afinal, podem produzir muito investindo pouco e, talvez ainda mais grave, que eles estão a seguir as regras do jogo científico quando, no fundo, as violam com frequência. Contribuem, assim, para manter o que Mariano Gago (1990) denunciava há mais de um década:

«Portugal tende a macaquear os sinais exteriores da cultura e da prática científica de outros países sem lhes penetrar o sentido nem proceder à aprendizagem sistemática dessas práticas e, verdadeiramente, sem nunca assumir a profundidade do seu próprio atraso e da sua ignorância. *A levandade de comportamentos induzida por esta atitude é devastadora*» (pp. 125-126; itálico acrescentado).

Algumas linhas depois, o autor, que apelidara o fenómeno de «Aldeia de Macacos» (p. 125), identificava também outras ilusões:

«Contudo, na Aldeia dos Macacos tem-se a ilusão de que as ciências fundamentais e as ciências sociais e humanas vivem de lápiz e papel num céu estrelado apenas de conceitos⁴ onde não penetra a materialidade dos instrumentos, do trabalho de terreno, dos arquivos, da *experimentação*⁵, e não se conseguem entender as relações – por vezes bem directas – entre a prática dessas ciências e o respectivo contexto social, pois os seus resultados imediatos parecem afastados das aplicações comuns, como aliás acontece em todas as ciências» (p. 126; *italico acrescentado*).

O circuito relativamente fechado e paroquial em que funcionam as revistas de psicologia entre nós ajuda a compreender que os docentes universitários não façam em geral o que deviam fazer de modo regular: investigação teórica e empírica de qualidade; a sua submissão para possível publicação em revistas prestigiadas e de larga circulação e impacto; pertença aos corpos editoriais de algumas dessas revistas; actividades de *reviewer* em muitas delas, etc. Por consequência, que modelos científicos encontram os estudantes em tais docentes? Que orientação científica recebem eles nas suas dissertações de mestrado ou doutoramento? E o que esperar cientificamente de estudantes cujos modelos nunca quiseram submeter-se a padrões de exigência internacional, além de mais pela simples razão de que sempre têm ao seu dispor revistas locais desejosas de lhes publicarem as suas «ideias, investigações e descobertas», por mais *ad hoc* e preliminar que tudo isso seja? E que orientação científica imprimirão estes estudantes quando se tornarem eles próprios orientadores de mestrandos, doutorandos e pós doutorandos?

⁴ Veja-se o número de artigos com revisões de literatura ou análises conceptuais.

⁵ Veja-se o número de artigos que relatam uma experiência.

Mas por que existem tantas revistas de psicologia em Portugal com as características atrás referidas? A resposta parece-nos evidente, apesar de não ser agradável ouvi-la nos meios de investigação: Porque assim se evitam os circuitos normais da produção científica, substituindo-os, digamos assim, por curtos-circuitos. A promoção dos docentes das próprias instituições torna-se então mais fácil de efectivar e... justificar. Ao recordarmos as demais características do processo actualmente vigente de promoção na carreira universitária – e é da universidade que provém a maioria dos autores de artigos –, não podemos deixar de concluir que as revistas portuguesas jogam um papel fundamental na perpetuação do sistema inerte, pesado e de pouca qualidade que é o sistema universitário português no domínio da psicologia.

É frequente dizer-se que uma análise crítica vale tanto mais quanto mais advoga soluções para os males que identifica. Contudo, seria ingénuo da nossa parte pensar que os aspectos que identificámos são fáceis de erradicar ou mesmo de atenuar. Além de interesses pessoais e institucionais envolvidos em tais aspectos, há ainda a considerar a diversidade de concepções de universidade, de ciência e mesmo de investigação científica. E também estaremos provavelmente todos de acordo em aceitar que tais interesses e concepções não se modificam por decreto. Seja como for, cruzar os braços e esperar por modificações espontâneas equivale a advogar uma não-solução.

Em nosso entender, caminhar-se-ia na boa direcção se fossem tomadas as seguintes medidas:

- (1) Dissociar as revistas das universidades. Quanto menos as revistas estiverem associadas a determinadas faculdades, departamentos ou escolas, menor será a tendência para a publicação de artigos «da família, para a família». Retirar as revistas do que entre nós parece ser o seu local de procedência natural seria dar passos firmes na redução da endogamia, pelo menos enquanto a promoção dos docentes do ensino superior e universitário estiver fortemente baseada no número de artigos publicados em tais revistas.
- (2) Diminuir o número de revistas existente. Com menos revistas, diminuiria também a

proliferação de artigos sem qualidade. Da nossa análise ficou aliás claro que muitos dos artigos publicados nas revistas portuguesas de psicologia resultam menos de inquietação empírica e conceptual – e só estes merecem o nome de científicos – e mais de preocupações (desmedidas e injustificadas) de promoção e notoriedade locais. Diminuir o número de revistas de psicologia entre nós seria dar passos firmes no sentido de impedir que a quantidade triunfe sobre a qualidade e obstar a que venha a público o que não passa de primeiros pensamentos, rascunhos ou notas pessoais.

- (3) Introduzir um sistema credível de revisão por pares. Se este aspecto fosse introduzido, facilmente se concluiria que em Portugal há revistas de psicologia a mais, quer dizer, revistas que não poderiam ser publicadas porque pouco, se alguma coisa de cientificamente interessante, teriam para publicar. No processo, a associação aparentemente natural entre uma revista/uma faculdade deixaria de fazer sentido e a endogamia decorrente dessa associação seria certamente atenuada.
- (4) Investir na psicologia enquanto ciência que produz conhecimento (isto é, psicologia básica), atenuando ou sacrificando, quando tal fosse necessário, alguns aspectos da psicologia enquanto profissão (isto é, psicologia aplicada, como são os casos da psicologia clínica e da psicologia da educação). Se este investimento for feito, estaremos então a dar passos firmes para que a psicologia enquanto ciência e investigação não fique irremediavelmente atrofiada e desequilibrada em relação à psicologia enquanto profissão, indústria e aplicação. Para nos darmos conta de quanto a primeira é sacrificada em função da segunda, basta reparar na ponderação que as classificações ao longo da licenciatura em psicologia têm no cálculo da sua média final. Por exemplo, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, enquanto as disciplinas dos três primeiros anos, as mais orientadas para a psicologia básica, têm uma ponderação de 1, as dos dois úl-

timos anos, as mais orientadas para a psicologia aplicada, têm uma ponderação de 2. Quanto ao estágio, esse tem uma ponderação de 10.

- (5) Promover a integração dos investigadores portugueses nos corpos editoriais de revistas internacionais, bem como a sua participação na revisão de artigos submetidos a estas revistas. O objectivo desta medida é aumentar a experiência dos investigadores portugueses na selecção e revisão de artigos. Sem este tipo de experiência é difícil, impossível mesmo, dispor de um conjunto de investigadores capazes de assegurarem um sistema credível de revisão nas revistas de psicologia em Portugal.

É nossa convicção que a adopção de medidas deste tipo seria um passo decisivo na erradicação de curtos-circuitos e atalhos que povoam o caminho da investigação em psicologia em Portugal e da sua difusão através do meio mais adequado – os artigos em revistas de especialidade. Com efeito, as revistas portuguesas de psicologia são como que atalhos no longo, e por vezes penoso, caminho da comunicação científica especializada. Mas se há actividades onde tais atalhos são indesejáveis, a actividade científica é seguramente uma delas. Diz a história que, um dia, Alexandre, o Grande, rei da Macedónia, pediu ao seu tutor, o geómetra Menaechmos, que lhe indicasse um atalho no estudo da geometria. Intuindo a ilusão e os perigos subjacentes a semelhante pedido, Menaechmos respondeu com firmeza: *Oh Rei, para viajar no teu país há caminhos para a nobreza e caminhos para o povo; mas na Geometria só há um caminho e este é para todos.*

REFERÊNCIAS

- Best, L., Smith, L. D., & Stubbs, A. (2001). Graph use in psychology and other sciences. *Behavioural Processes*, 54, 155-165.
- Gago, J. M. (1990). *Manifesto para a ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

RESUMO

A fim de caracterizar o que se publica em Portugal

nas revistas especializadas em psicologia, analisámos os artigos publicados desde 1996 até 2003 em três revistas: *Psicologia: teoria, investigação e prática*, associada à Universidade do Minho; *Psychologica*, associada à Universidade de Coimbra; e *Análise Psicológica*, associada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa. Após descrevermos a nacionalidade, género e filiação institucional dos autores dos artigos, classificámos o conteúdo de cada artigo em termos de área temática e de metodologia utilizada. Os resultados – muito semelhantes nas três revistas – mostram que a) os artigos provêm sobretudo de autores portugueses com filiação universitária, muitas vezes na própria instituição que publica a revista; b) os artigos versam sobretudo os domínios aplicados da clínica e da educação; c) cerca de metade dos artigos consiste em revisões de literatura ou análises conceptuais; e d) apenas cinco por cento utiliza metodologia experimental. Estes resultados são interpretados à luz do contexto universitário português, em geral, e da nossa experiência de investigação em Portugal, em particular.

Palavras-chave: Publicação científica, domínio de pesquisa, metodologia, endogamia, psicologia.

ABSTRACT

To characterize what gets published in specialized Portuguese journals of psychology, we analyzed the articles published from 1996 to 2003 in three journals: *Psicologia: teoria, investigação e prática*, associated with the University of Minho; *Psychologica*, associated with the University of Coimbra; and *Análise Psicológica*, associated with the Instituto Superior de Psicologia Aplicada, located at Lisbon. We tabulated the nationality, gender, and institutional affiliation of the authors of the articles and also classified the articles in terms of their content area and methodology. The results, which were similar across the three journals, showed that a) most of the authors are Portuguese working at a university, often at the same university that publishes the journal; b) the articles address mainly the applied areas of clinical and educational psychology; c) half of the articles consist of literature reviews or conceptual analyses; and d) only five per cent used experimental methodology. The results are interpreted at the light of the Portuguese university context, in general, and our research experiences in Portugal, in particular.

Key words: Scientific article, research domain, methodology, imbreeding, psychology.